GENEALOGIA

FAMILIA QUEIROZ-FERREIRA DE BEBERIBE — OS FACÓS

BOANERGES FACÓ

NÓTULA PRÉVIA

Na confecção destas páginas de família, destas páginas genealógicas, não dispús de vasta bibliografia. Elas são páginas já publicadas e páginas ainda inéditas.

Colhi muitos dados na tradição que se conserva de geração em geração: É que a minha tia materna Joana Ferreira de Queiroz (em solteira Joana de Alencastro Ferreira), a querida Nenen, antiga proprietária no sitio Lucas, no município de Beberibe da comarca de Cascavel, que contraiu matrimônio, maior de 40 anos, com o primo Antônio Severiano de Queiroz Tôtô, o filho cadete do primeiro casamento de Antônio Cirilo de Queiroz, deu-me muitos esclarecimentos sôbre a família. Possuia uma memória prodigiosa, memória que retinha, guardava, para sempre, o que via e ouvia.

Assim, guardou sôbre a família as narrativas ouvidas de sua mãe e minha avó, Dona Laurentina Francisca Sabina de Queiroz, narrativas que constituem valiosos elementos nestas páginas sôbre os meus antepassados «Queirozes» e «Ferreiras». Ferreiras que primavam pela inteireza de caráter, embora sem os serviços prestados à causa da liberdade pelos varões da Casa Forte, do Tapuiará e do Riacho Fundo.

Ana Facó, minha tia paterna, falando sôbre Laurentina de Queiroz, filha de Pedro de Queiroz Lima e neta de José de Queiroz Lima, duas figuras marcantes da República do Equador no Ceará, escreveu:

> «Palavra fácil, voz enérgica e persuasiva ,espirito elevado e de uma lucidez atraente, coração amante e magnânimo, crença fervorosa e inabalável, alma sensivel e sumamente caridosa foram os atributos com que Deus fizera dessa mulher um manancial de virtudes, um anjo, um ser privilegiado, quase perfeito, Dotada de uma inteligência robusta e de uma memória prodigiosa, conservava no cérebro a àrvore genealógica de seus ascendentes e descendentes desde o tronco ao ramúsculo mais tenro».

Além dessa preciosa contribuição oral, servi-me do «Ensaio Genealógico» de meu velho amigo e querido primo Raimundo Torcápio Ferreira, e bebi, sobretudo, dados na valiosa «Genealogia da Família Queiroz» de Antônio Cirilo de Queiroz, dados que êle lançou no papel, ao contrário de sua prima Laurentina que apenas os conservou na memória. **Verba volant, scripta manent.**

Torcápio diz no início de seu Ensaio que «grande parte das indicações, que aqui vão, me fôram ditadas por meu saudoso e mui querido amigo Dr. Arcelino de Queiroz e outras colhidas num manuscrito do Capitão Antônio Cirilo...»

Que autoridade tem Antônio Cirilo, para que eu tanto o cite?

Por um principio de honestidade literária e porque, de fato, êle era autoridade no assunto, embora com êrros e equivocos no seu manuscrito, principalmente quanto a rebentos mais recentes e mais afastados de sua pessôa.

De Antônio Cirilo, João Brigido fêz-lhe o necrológio, que só a sua pena sabia traçar, em que, entre outras cousas, dizia:

> «Faleceu na Fazenda Santa Maria do Quixadá, na idade de 92 anos êste homem que tanto se agitou e tamanho ruido fêz na terra, em começo da vida, para acabar como espécie de Nestor, e ser como um registro da história de seu tempo, da qual conservou uma perfeita memória.
>
> Cirilo deixou escrito, em frase de campônio, muitas memórias sôbre os acontecimentos de seu tempo, e uma genealogia de sua familia, muito importante na política de outras eras, e com raízes nobilissimas nos tempos».

E verifico, com prazer, que Esperidião de Queiroz, filho do Dr. Arcelino de Queiroz que era meu tio-avô, de vez que era irmão germano de Laurentina de Queiroz, e autor do interessante livro «Antiga Familia do Sertão», livro cheio de memórias verdadeiras romanceadas, muito se utilizou do manuscrito de Antônio Cirilo.

Sôbre estes três livros, de Antônio Cirilo, de Torcápio e de Esperidião, de que me utilizei na confecção destas páginas, pretendo escrever um trabalho em conjunto.

Sendo grande o número de familias entrelaçadas com os «Queiroz-Ferreira», em suas linhas ascendente, descendente ou colateral, farei, em regra, apenas menção em resumo dêsses entrelaçamentos, para destacar os vultos mais importantes a elas ligados por essas mesmas linhas.

I

O PRIMEIRO QUEIROZ

Corria o ano de 1630...

O drama do Brasil-Colônia continuava... A luta entre portuguêses, holandêses, francêses e inglêses e mesmo portuguêses e espanhois continuava, embora por decreto papalino o mundo estivesse dividido entre os povos peninsulares. É que nada satisfaz a ganância e a ferocidade do homem.

Alexandre VI pensou fazer a paz entre os seus e os vizinhos com o traçado da linha de Tordesilhas que dividia o mundo de Ptolomeu em partes iguais com os de casa.

Exercia-se, então, nos mundos recém-descobertos, em larga escala, a pirataria, pirataria a que não podia fugir o novo continente, onde fôra localizado o El-Dorado e onde Cândido encontrou a menina Cunegundes.

Aquilo que Pedro Álvares Cabral havia descoberto para a corôa do Venturoso era pomo de discórdia entre povos navegadores da época da Renascença. Os francêses, tendo a frente Villegaignon, estabeleceram-se no Rio de Janeiro e fundaram ali a França antártica, de vez que o audaz e cavalheiresco Francisco I proclamava desconhecer o testamento de Adão em que o mundo estivesse dividido entre Portugal e Espanha.

Assim, a França, a Holanda e a Inglaterra, batendo-se contra o monopólio e pela liberdade de comércio, ou melhor, pela liberdade de conquista

de novas terras que não as de seu velho mundo, mandaram os seus navios e navegadores às plagas americanas. Mas a clarividência de Dom João III, um rei profundamente sectário, semelhante ao prisioneiro de Paiva apenas na presidência das letras, ciências e artes do renascimento de Portugal, como o fôra o seu colega na da Cidade-Luz, estabeleceu para o Brasil um govêrno geral que lhe garantiu a integridade territorial, a unidade de lingua e de crenças.

Mandou-nos Tomé de Souza, varão probo, experimentado na paz e na guerra, e prudente, que foi infelizmente substituído por Duarte da Costa, que, em bôa hora, teve um substituto à altura de Tomé de Souza na pessôa de Mem de Sá. Duarte da Costa, com o filho Alvaro da Costa — moço valente mas estouvado e dissoluto, fêz a guerra entre o clero e a nobreza colonial, de que resultou a imolação de Dom Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, pelos seivagens, mas Mem de Sá, expulsando os francêses do Rio de Janeiro, fundou a futura Metrópole do país em substituição ao forte de Coligny, símbolo da França huguenote no Brasil.

Francêses, holandêses e inglêses foram expulsos do território nacional pelas raças formadoras do povo brasileiro, representadas pelo branco André Vidal de Negreiros, pelo índio Antônio Felipe Camarão e pelo preto Henrique Dias, sem esquecer João Fernandes Vieira, o grande «usineiro» da época.

Os três povos europeus avançaram sempre para o norte, abandonaram a idéia de conquistas em plagas brasileiras e se aboletaram nas Guianas, onde ainda permanecem. Mas os bátavos, antes do abandono do Brasil, estabeleceram-se em Pernambuco, onde o ilustre Príncipe de Nassau fundou e administrou a cidade a que se lhe deu o notável nome durante oito anos.

Os dramas e tragédias da Colônia se ressentiram do que se passava na velha Europa. A Índia misteriosa, circundada por suas ciclópicas muralhas de granito, guardava as especiárias que agora chegavam a Lisbôa por vias que não as de Veneza e Gênova. Êsse esquecimento era tão certo e positivo que Camões, o poeta dos descobrimentos marítimos, apenas se referiu uma vez ao Brasil (Os Lusiadas, X, 63), fato que Varnhagen consigna. (História Geral do Brasil, Tomo II, Página 8).

Mas o filho do Venturoso seguiu política diferente da do pai, e, como primeiro governante reinol a se preocupar com a unidade de sua imensa Colônia, quase do tamanho da Europa inteira, voltou as suas vistas para o Brasil. Assim é que pelo Regimento, de 17 de dezembro de 1548, El-Rei queria **conservar e conhecer as terras do Brasil para a exaltação da fé e proveito do reino...**

Mas Portugal marchava a passos largos para a decadência, embora celebrado e imortalizado nas páginas dos Lusiadas, e caía nas mãos de Filipe II de Espanha, neto de Dom Manuel I de Portugal e sobrinho do Cardial-rei, seu antecessor. A decadência começara ainda no reinado de Dom João III e consumara-se em dezembro de 1580, quando o rei de Castela recebia em Elvas homenagens de rei de Portugal.

No domínio espanhol a Colônia ficou entregue à própria sorte. O domínio bátavo impôs-se em Pernambuco, firmando-se ali por anos a pequenina Holanda contra a poderosa Espanha.

Antecede o drama do índio ao do negro da Africa. É que o desbravamento das terras, o desenvolvimento da indústria canavieira e o povoamento do solo a princípio se processaram entre portuguêses e ameríndios, que se entrelaçaram e constituíram as proles mamelucas.

O índio foi cantado e proclamada a sua superioridade. A lenda apoderou-se dêle e Santa Rita Durão levou-o à côrte de Henrique II, onde a «formosa Paragussú» se tornou cristã com o nome da rainha de França. Mais tarde Gonçalves Dias cantou-o no «Timbiras» e Alencar celebrou-o no maior poema em prosa da pátria brasileira. Montaigne dedicou-lhe um capitulo

de seus famosos «Essais» e Rousseau convidou a humanidade a retornar ao estado de natureza...

A resistência do indio, no maneio e semeada da terra, não correspondeu à cantada dos poetas. Fale Gilberto Freyre: «A enxada é que não se firmou nunca na mão do indio nem na do mameluco, nem o seu pé de nômade se fixou nunca em pé de boi paciente e sólido» («Casa-Grande & Senzala» — Vol. 1º pág. 212).

É que o selvicola brasileiro ao tempo do descobrimento estava ainda no nomadismo, e a agricultura propriamente dita não lhe era ainda predominante.

Na época a mestiçagem entre lusitanos e indios se fêz, normal e regularmente, de vez que o português colonizador não tinha o nivel cultural do puritano, e nem encontrou no aborigene os obstáculos encontrados pelos espanhois perante os Incas, os Aztecas e os Maias que tinham de ser destruidos, desde que oporiam dificuldades na assimilação adaptação a outra civilização que não as suas.

Ante o fracasso das populações amerindias nos rudes trabalhos rurais, o colonizador valeu-se do tráfego dos negros da escravizada Africa, em cujos braços encontrou os auxiliares que lhe faltavam no desbravamento dos campos, e em cujo ventre desenvolveu novas proles — os mulatos, confraternizando-se portuguêses, indios e negros em novos cruzamentos entre si e seus derivados — mamelucos e mulatos — para que surgisse o nosso tipo ético no povoamento do solo.

A população propriamente dita, sem o caldeamento posterior no sul do pais com italianos e alemães, tomou um tipo racial tão estranho que se tem a impressão de que jamais teremos um tipo étnico uniforme, à semelhança, v. g., do tipo sueco, de seleção tão perfeita como a do mais selecionado tipo animal. Nas populações brasileiras ora predomina o tipo negro — Bahia, ora o amerindio — Piaui, além da predominância mais generalizada do tipo branco.

Imagine-se que a côr da pele é ainda um problema de antropologia insolúvel. É que se verifica, por exemplo, que os habitantes do Cabo da Bôa Esperança são bem negros, enquanto os espanhois e italianos na mesma distância do Equador são brancos.

Passada a mistica do indio, estudou-se profundamente o negro trazido do outro lado do Atlântico nos fétidos e detestáveis navios negreiros. E verificou-se a vantagem do negro sôbre o indio, negro que não foi só o «bantú», mas o negro inteligente e forte, em cujas veias já corria o sangue árabe, hamita, mouro e outros resultantes dos constantes caldeamentos com diversos tipos no norte da Áfrico, avançando Gilberto Freyre que nos vieram de «área mais penetrada pelo islanismo, negros maometanos de cultura superior não só à dos indigenas como a da grande maioria dos colonos brancos — portuguêses e filhos de portuguêses quase sem instrução nenhuma, analfabetos uns, semi analfabetos na maior parte».

É que a capacidade de transpirar no negro é maior que no branco ou mesmo no indio, «o que se explica por uma superficie máxima de evaporação no negro, minima no branco». (Gilberto Freyre, op. cit., vol. 2º, pág. 485).

O tipo negro, alegre, amoroso, folgazão, e o amerindio, desconfiado, arredio, fugidio, cruzaram-se com os colonos através de séculos no Brasil-colônia, êsses «senhores de pendão e caldeira, de baraço e cutelo, senhores cruzados», que defenderam a Colônia contra o inimigo comum — o estrangeiro e desbravaram as terras, quando os dirigentes da nação lusa se convencerem de que a riqueza não estava na India e sim no Brasil, cujo ouro lhes deu a construção de Mafra, lhes deu um Rei-sol, lhes deu brilhantes embaixadas, lhes deu a reconstrução de Lisbôa, lhes deu o reconhecimento da independência do Brasil.

A ganância do europeu pelo ouro do Brasil, ou melhor, da América, ar-

rancou de Oncken estas palavras, referentes à pirataria. «... no serviço de Deus com uma rica presa». («História Universal», vol. XIII, pág. 813).

Corria o ano de 1630, em pleno domínio espanhol ainda no Brasil, ou melhor, Pernambuco sob o domínio bátavo, quando chegou a Recife Manuel Pereira de Queiroz, **meu setimavô**, o primeiro ascendente da família Queiroz de Quixadá, no Ceará.

Manuel de Queiroz permaneceu em Recife até 1641, por lapso de tempo de onze longos anos, entregue aos labores do comércio em que fêz alguma fortuna. Mas, não desejando continuar a empregar a sua atividade moça no comércio, pois ao chegar ao Brasil tinha apenas 20 anos de idade, transferiu seu domicílio e residência para as proximidades de Goiana, onde se fêz agricultor, sem se imiscuir em política.

Requereu ali uma data de sesmaria com uma légua de frente sôbre cinco de fundo, à margem esquerda do rio Goiana, onde se fêz rico agricultor e dono do engenho «Jacaré», cujas terras desbravou e fêz prosperar. Já em plena prosperidade e maior de 50 anos de idade, resolveu Manuel de Queiroz casar-se. A sua escolha recaiu na pessôa de Dona Ângela Cavalcante de Vasconcelos moça maior de 30 anos de idade, filha única do português Filipe de Brito Pereira da Rocha e de sua mulher Joana Cavalcante de Vasconcelos, pernambucana, pertencente à antiga e tradicional família da Caiptania.

Dêsse feliz enlace Manuel de Queiroz, à semelhança de seus sôgros, só teve também uma filha de nome Isabel, que mais tarde veio a contrair matrimônio com o primo Antônio Duarte de Queiroz, de quem me ocuparei oportunamente.

II

GOIANA

(Pernambuco)

No ano da graça de 1685 chegava a Recife, onde Manuel Pereira de Queiroz morara de 1630 a 1641, outro português, jovem, inteligente, com regular instrução, de nome Antônio Duarte de Queiroz, **meu sextavô**, sobrinho de Manuel Pereira e filho de Manuel de Queiroz e Silva e de sua mulher Jerônima Pinto Nogueira, natural da vila de Amarante, enquanto os demais eram naturais de Viana do Castelo, lugares pertencentes ao reino de Portugal.

Antônio Duarte vinha em busca da América, ou melhor, do Brasil, à procura do tio, irmão de seu pai, desejoso de conhecer o Novo Mundo, tomado ao «mar tenebroso», que tanto medo metia àqueles que não acreditavam nos antípodas.

A audácia e ousadia dos navegantes de Sagres, orientados por Don Henriue, o Infante Navegador, cuja previsão e altos esclarecimentos se evidenciaram mais tarde no sobrinho-neto, Dom João II, que reinou em Portugal de 1481 a 1495, encarnando em si a belicosidade do Conquistador e do Mestre de Aviz, seus antecessores, conquistaram o mundo.

A êsse tempo a Colônia estava entregue a própria sorte, isto é, aos nativos, na mais perfeita comunhão das três raças formadoras do povo brasileiro, e aos bátavos. É que Portugal ainda se achava sobretudo empenhado nos acontecimentos da restauração, e a Holanda nas lutas com a Inglaterra, que ensaiava os seus vôos altaneiros de futura rainha dos mares.

Raiara, alegre e festivo em Lisbôa, o dia 1º de dezembro de 1640, enquanto o 8º Duque de Bragança, o futuro Dom João IV, e sua esposa Dona Luiza de Gusmão permaneciam no rico palácio ducal de Vila Viçosa.

Dom Miguel de Almeida, encarnando a resistência da pátria contra Castela, gritava: «Liberdade! Liberdade! Viva El-rei Dom João IV!», enquanto Miguel de Vasconcelos, traidor e fiel a Filipe III de Portugal — Filipe IV

de Espanha —, se trancava de mêdo e ainda por precaução, escondido num armário, de clavina em punho carregada, arma que de nada lhe serviu.

Tudo correu, rápido e feliz, de modo que dentro de poucas horas a chancela de Filipe III era substituida pela do Duque de Bragança, na qualidade de Dom João IV — primeiro rei da última dinastia de Portugal. Tudo tinha sido preparado com uma resolução inabalável, com uma disposição segura de ânimos, tanto que «os conjurados, preparando-se para morrer, se o movimento fosse jugulado, tinham-se confessado e comungado; alguns fizeram testamento. Senhoras houve — afirma-se isso de Dona Filipa de Vilhena, Condessa de Atouguia e Dona Mariana de Lencastre — que, na febre da mais pura devoção patriótica, armaram por suas próprias mãos os filhos, para que o exemplo do valor maternal lhes estimulasse mais ainda o desejo de bem cumprirem o seu dever». (História de Portugal, Vol. V, pág. 284).

Êsse grande acontecimento da pátria de Camões e Vieira, dignamente comemorado em 1940, trouxe também satisfação à Colônia, porque os próprios holandeses proclamavam «que não era feita a Portugal a agressão que se lhes estranha, mas aos Filipes — os grandes tiranos da Holanda!» (Rocha Pombo, História do Brasil, Vol. IV, pág. 449).

Antônio Duarte, chegando a Recife, ali não mais encontrou o tio Manuel de Queiroz, mas teve noticia de depósitos de açúcar do engenho Jacaré que distava cêrca de uma légua ao norte de Goiana, aonde o recém-chegado foi em busca do tio e ali fixou residência em companhia de Manuel de Queiroz, que era então agricultor abastado.

O casal Manuel Pereira e Ângela Cavalcante, à semelhança de Filipe de Brito e Joaquina Cavalcante, pais de Ângela, teve apenas uma filha de nome Isabel que, na chegada do primo à Goiana, já era núbil, pois contava 14 anos de idade e, assim, podia cotnrair matrimônio de vez que na época a puberdade indicava a idade do casamento.

Em 1687 realiza-se o consórcio de Antônio Duarte com a prima Isabel, em plena mocidade os dois nubentes: êle com 22 e ela com 16 anos de idade, com satisfação geral, salvo algumas restrições por parte de alguns membros da famªlia Cavalcante-Vasconcelos, que de certo desejavam a mão da jovem e rica herdeira para algum descendente de sua familia, já radicada e tradicional na Colônia. Deste feliz enlace nasceram-lhe três filhos: Francisca, em 1692, Bertoleza em 1694 e Antônio em 1696.

A êsse tempo o espirito de aventura dos portugueses, esprimidos nessa estreita nesga de terra que seja «a ocidental praia lusitana» ou o «jardim da Europa à beira-mar plantado», continuava a ser um fato inconteste e permanente. As naus e caravelas dos descobrimentos maritimos a trazer ou a levar lusitanos para o oriente ou ocidente. No meio dêsses aventureiros se contou Antônio Dias da Costa, que se estabeleceu em São Bernardo do Jaguaribe, na capitania do Ceará.

Este português tinha por hábito ir todos os anos às feiras de Goiana, em Pernambuco, onde vendia as suas cavalhadas e comprava com o produto das mesmas fazendas em Recife, que trazia para Jaguaribe, logar de sua residência e de seus negócios. Nestas estadas nas feiras de Goiana teve encontros continuos com Antônio Duarte, de quem Antônio Dias se tornou grande amigo, amizade que se prolongou até a morte entre os dois portuguêses.

Por associação de idéias a palavra «feiras» me traz à lembrança forte discussão, que assisti aos 10 a 12 anos de idade, entre meus tios Facós, na ampla e arejada sala de jantar do Sitio «Lucas», em Beberibe da comarca de Cascavel, que servia concomitantemente de sala de refeições e de estar, embora houvesse uma espaçosa sala de visitas, onde se encontrava o oratório grande de madeira em que o meu avô tirava o terço de todos os dias. O Lucas pertencia a meu avô materno e pai de criação, João Tomaz Ferreira, tio dos Facós, que ali se achavam em visita costumada aos tios e primos.

Discutiam se o primeiro dia da semana era «domingo» ou «segunda-feira». Sustentavam uns que era segunda-feira, porque depois do trabalho é que vinha o descanso, enquanto outros sustentavam queera domingo, porque antes do trabalho devia haver preces a Deus para o bom êxito da semana iniciada.

Meu avô ouvia-os calado, sem dar opinião. Apenas, de quando em quando, repetia: Xi! Xi!, admirativa de seu uso, nos ocasiões em que assistia ou ouvia algo que lhe não agradava. E eu, na minha meninice, fiquei na ignorância do primeiro dia da semana, de vez que não houve vencidos e vencedores na discussão, ficando cada um com a sua opinião...

Antônio Duarte, senhor de engenho rico (ao tempo não se empregava a palavra usineiro), foi induzido pelo amigo Antônio Dias a comprar terras de criar e plantar no Jaguaribe e situá-las com gado vacum, cavalar, e de outras espécies. Parte dessas terras ficava à margem do rio Jaguairbe e recebeu a denominação de «Bôa-Vista» e outra à margem direita do Banabuiu — afluente da margem esquerda do maior rio sêco do mundo.

A meia légua de terra do Bonabuiu recebeu o nome de «Raposa-Branca», em vista de Antônio Dias, quando fôra alí pela primeira vez ter visto uma raposa branca, conforme a narrativa de Antônio Cirilo. Não existe raposa branca nos climas tropicais, de vez que a côr do pêlo do animal varia com o clima, a bem da defesa do próprio animal. A raposa de Antônio Dias tinha, decerto, o pêlo bem claro. Ou estava com a **«côr protetora»**?...

As novas propriedades de Antônio Duarte distavam entre si cêrca de três léguas, embora ambas nas cercanias de «Barro-Vermelho», de que tratarei no capitulo seguinte, de vez que tem grande importância na cronologia da familia Queiroz.

As fazendas prosperaram e deram grandes lucros ao proprietário e procurador. Associada essa circunstância importante ao convite permanente de Antônio Dias a Antônio Duarte, sempre que ia à Goiana, para que o amigo désse um passeio a Jaguaribe, no Ceará, para conhecer as suas novas propriedades resolveram a vinda do dono do engenho «Jacaré» a Jaguaribe em visita ao que lhe pertencia na capitania do Ceará.

Assim, em 1700, Antônio Duarte e a família transportaram-se, a passeio, à capitania sufragânea da de Pernambuco. Nessa época já eram acesas as divergências entre os «mascates» de Recife e os nativistas de Olinda, o que não perturbava a vida de senhor de engenho de Antônio Duarte que não era politico.

Aquela comunhão de interêsses, aquela harmonia de vistas, aquele ardor nas lutas das três raças irmanadas contra o bátavo invasor haviam desaparecido e dado margem a forte antagonismo entre os mascates e os patriotas. João Ribeiro, na sua pequena-grande «História do Brasil», escreve: «Pouco depois da guerra holandêsa, em Pernambuco, pouco a pouco nascendo o odioso antagonismo entre a aristocracia brasileira dos **senhores de engenho**, que em geral tinham casa em Olinda, e os negociantes portuguêses, que habitavam o Recife eram apelidados, com desprêso, de mascates». (2ª edição, de 1901, página 213).

Era a luta que se esboçava e avançava em Minas Gerais entre **nativistas** e **emboabas**, brasileiros e portuguêses,, contra a cobiça do ouro que embarcava para Lisbôa para custear as brilhantes embaixadas e as obras suntuárias do Rei-Sol de Portugal, dando logar à **Inconfidência**; e no norte a mesma luta entre «mascates» e nativistas, portuguêses e brasileiros, produzindo as revoluções de «17» e «24». E êsse odio aos portuguêses ou estrangeiros veio até os nossos dias. Assim é que, há menos de meio século, entre nós, os vendedores de objetos de armarinho tinham o apelido de «mascates» ou «batemetro».

Antônio Duarte viera ao Ceará no propósito de voltar a Pernambuco, onde ninguém lhe fazia môssa, não obstante ser português, mas não era comer-

ciante de Recife, e sim senhor de engenho, pertencente à «nobreza» brasileira. É que êle era casado na familia «Cavalcante Vasconcelos», antiga e tradicional familia de Pernambuco, com a circunstância ainda de nas veias de sua mulher Isabel já correr o seu sangue: **Queiroz**.

A Antônio Duarte e dona Isabel Cavalcante êsse passeio foi fatal, custando-lhes a vida, o que importou na transmigração da familia Queiroz de Pernambuco para o Ceará, que, **crescendo e multiplicando-se**, há derramado gente ilustre nas letras e nas armas por este vasto Brasil.

O casal fez pousada na fazenda «Bôa-Vista», não só porque era mais próxima de Goiana, como porque lhes oferecia mais confôrto e melhores acomodações. Ali faleceram Antônio Duarte e dona Isabel, assim como o bom amigo Antônio Dias da Costa, todos de febres malignas. Ficaram-lhes os filhinhos apenas de 8, 6 e 4 anos de idade em meio hostil e em mãos de estranhos.

Dona Isabel soube suscitar ressentimentos entre si e os Britos, gente parda, quando se dizia arrependida do passeio e pedia a Deus que a livrasse de ter filhos. ali, pois não via naquele meio ninguem na altura de os apadrinhar.

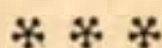
A morte do casal Queiroz-Cavalcante trouxe a orfandade para os menores e os pôs às mãos de estranhos despeitados, e os bens de fortuna ao desamparo: os de Pernambuco em poder dos Cavalcante-Vasconcelos e os do Ceará em poder dos Britos. Ali, simulou-se uma arrematação, que, decerto, nunca houve, de vez que Filipe Pereira Cavalcante e irmãos, netos de Antônio Duarte, procuraram os autos dessa praça nos cartórios competentes e nunca os encontraram. Os Britos, pardos e ofendidos, foram mais honestos que os parentes brancos de dona Isabel, de vez que deixaram três escravos e três pedaços de terra com meia légua de frente sôbre meia de fundos, no logar denominado «Barro Vermelho» aos herdeiros. A justiça deu-lhes, às crianças, tutor que lhes comeu os bens e lhes impôs castigos que lhes deixaram marcas no corpo e na alma.

O menino Antônio Duarte Filho, ao atingir a idade de 14 anos, fugiu em companhia de seu escravo de **Barro Vermelho**, vindo a falecer em caminho, em Pedra-Lavrada (Serra da Borborema), de febre maligna, quando, de certo, ia à procura de seus parentes Cavalcante-Vasconcelos que tiveram para com êles procedimento pior que os Britos de «Bôa-Vista». As meninas Francisca e Bertoleza permaneceram em companhia do tutor.

Antônio Cirilo, em sua **Genealogia**, faz uma observação digna de sua inteligência: «Foram os bens furtados que mais tempo têm durado em poder dos herdeiros de ladrões; há quase 200 anos (êle escreveu, na fazenda Açude, em Quixadá, em 1890), e ainda hoje o engenho «Jacaré» pertence a Cavalcante-Vasconcelos».

O casal Queiroz-Cavalcante foi sepultado na fazenda «Bôa-Vista», ao pé de uma cruz alí existente, fazenda que, posteriormente, pertenceu ao português João Batista Pereira de Castro que, sendo filho da mesma terra de Antônio Duarte de Queiroz, Vianna do Castelo, em Portugal, e seu parente, mandou construir uma capela à memoria do casal Queiroz, capela que foi, posteriormente, por duas vezes reformada pelos Padres José Pereira de Castro e José Ferreira de Castro, respectivamente, neto e bisneto do português João Batista Pereira de Castro, o primitivo construtor da capelinha. Nela foram sepultados outros Queirozes, de quem tratarei noutras páginas dêste livro.

Esta capela foi depois a Igreja de São João do Jaguaribe, hoje distrito de Jandoim do municipio de Limoeiro do Norte.



Antônio Duarte de Queiroz, o filho cadete de Manoel de Queiroz e Silva, de Vianna do Castelo, e de dona Jerônima Pinto Nogueira, da vila de Ama-

rante, localidade do reino de Portugal, deixou três irmãos em Portugal: Braz Pereira de Queiroz Lima, José Pinto de Queiroz Lima e Pascoal Nogueira de Queiroz; Isabel Cavalcante Vasconcelos de Queiroz, mulher de Antônio Duarte, era filha única, como sua mãe Ângela Cavalcante de Vasconcelos, de quem já tratei.

O português João Batista Pereira de Castro, que, como já disse, mandou construir a primitiva capela de São João do Jaguaribe sôbre o túmulo de seus amigos Antônio Duarte de Queiroz e de dona Isabel Cavalcante Vasconcelos de Queiroz, era avô e bisavô, respectivamente, dos Padres José Pereira de Castro e José Ferreira de Castro, que, cada um de per si, reconstruiram a capelinha, aumentando-a e melhorando-a.

Era bisneto também dêsse português Manuel Pereira de Sousa Maroto — pai da segunda mulher do Capitão-mor José Pereira Filgueiras, segundo Antônio Cirilo, em sua «Genealogia».

III

BARRO VERMELHO

(Ceará)

Em 1710 vinham para o Brasil mais três portuguêses — Inácio Pereira de Queiroz Lima, Vitoriano Nogueira de Queiroz e Joaquim Pinto de Queiroz, naturais de Viana do Castelo no reino de Portugal, e sobrinhos segundos e legítimos, respectivamente, de Manuel Pereira de Queiroz e Antônio Duarte de Queiroz, os dois antepassados mais remotos da linha masculina dos Queirozes do Ceará, e de quem já tratei neste livro. Os portuguêses, vindos para o Brasil em 1710, eram filhos: Inácio Pereira de Queiroz Lima, de Braz Pereira de Queiroz Lima e Maria da Silva Sampaio; Joaquim Pinto de Queiroz, de José Pinto de Queiroz Lima e de Antônia Maria de Sampaio, ambas irmãs e naturais de Bragança em Portugal; e Vitoriano Nogueira de Queiroz, de Pascoal Nogueira de Queiroz e de Ana Vitoriano Borges da Fonseca, natural também de Bragança, mas sem parentesco com as duas primeiras.

Vinham os três Queirozes em procura do tio Antônio Duarte de Queiroz. Desembarcaram em Recife, onde não encontraram mais o tio, mas souberam que êle estava rico em Goiana, dono do engenho «Jacaré». Dali seguira com a familia — mulher e três filhos — a passeio, à capitania do Ceará, onde possuia fazendas de criar, e ali morreram marido e mulher, ambos vitimados por febres malignas, deixando filhos. Souberam ainda que os parentes do casal, em Goiana, tinham-se apoderado de tudo que êles possuiam, no engenho Jacaré, no caráter de *res nullius*.

Com essas informações seguras sôbre o tio e familia, os moços lusos tomaram o rumo de Aracati, no Ceará, na zona do Jaguaribe, onde souberam que havia duas moças orfãos, filhas de Antônio Duarte de Queiroz e de sua mulher dona Isabel Cavalcante Vasconcelos de Queiroz, em São João do Jaguaribe.

Inácio Pereira de Queiroz Lima e Vitoriano Nogueira de Queiroz contrairam matrimônio, em São João do Jaguaribe, localidade a que não chegou Joaquim Pinto de Queiroz que ficara em Aracati, respectivamente, com Francisca Cavalcante Vasconcelos de Queiroz e Bertoleza Cavalcante Vasconcelos de Queiroz. O mais moço dos três, Joaquim Pinto de Queiroz, não tendo, em Jaguaribe, prima com quem se casar, tomou o rumo do Rio Grande do Norte, casando-se em Assú com uma moça da familia Fernandes.

A demora nos casamentos das duas moças com os primos foi apenas do lapso de tempo necessário para obtenção da dispensa de parentesco (2º gráu canônico). O velho missionário João da Costa celebrou os matrimônios na capelinha em que estavam sepultados os pais e sogros dos nubentes, e na qual

se sepultaram mais tarde os quatro felizes nubentes daquele venturoso dia.

Os jovens casais fixaram residência nas terras de «Barro-Vermelho», na ribeira do Banabuiú, cada um no quarto de légua que lhe deixaram os «malfeitores» e a justiça da época, sendo que Inácio e dona Francisca o fizeram por toda a vida.

O rio Banabuiú afluente do Jaguaribe, à margem esquerda, tem grande importância no desenvolvimento da familia Queiroz, através do interior do Ceará, de vez que Barro Vermelho foi o ponto intermediário dêsse desenvolvimento da Familia na sua transmigração de Goiana, em Pernambuco, para o Sitiá, no Ceará, e não diretamente de Pernambuco para Quixadá, como por equívoco ou por desconhecimento, disse João Brigido («Ceará — Homens e Fatos», página 154).

A propósito do Banabuiú. Para os ribeirinhos do baixo-Jaguaribe o Banabuiú é o «doido». É que êsse rio, além de engrossado pelo Quixeramobim, desce caudaloso em terreno inclinado, de modo que, quando se precipita no rio principal, lhe aumenta repentinamente o volume dagua do Jaguaribe, que, transbordando do leito, se espalha pelas margens e inunda várzeas, campos e cidades.

Tive de ver essas inundações, embora sem o volume dagua de 1917 e 1924, quando juiz de União, ora Jaguaruana, em 1921 e 1922. As águas do Jaguaribe insulavam a cidade e davam margem a passeios de canoas, tornando-lhe as ruas «estradas líquidas», em constantes movimentos. Eram as águas fluviais que desciam abundantes e encachoeiradas na invasão precipitada e destruidora pelas cidades e campos, fazendo esquecer a crise climática recente, no ano de 1919, que havia calcinado os campos, estiolado a lavoura, extinguido a pecuária, numa desolação de fome e sêde que só a sêca sabe produzir e espalhar.

Em 1922 tomava eu, em companhia de minha mulher e três filhos (um recém-nato, Imêlda Maria, ora casada com o Dr. Filipe Franklin de Lima) a canôa na rua principal da cidade — rua Padre Graça — na calçada alta da residência de Pedro Evangelista — primeiro suplente de juiz municipal. Dizia a minha mulher que deviamos ir todos, porque, no caso de perecimento, não ficava ninguem da família que se constituia.

E nessa frágil embarcação, impulsionada por homens peritos no manejo dos remos, percorremos as várzeas do Jaguaribe, cujas àguas formavam imensos lençóes em que, às vezes, se refletem apenas pedaços de céu. O canoeiro-chefe, de quando em quando, me dizia: «Seu doutô, estamos passando pela estrada que conduz à cidade», ou «estamos passando sôbre a casa de Fulano», casa que havia desaparecido de todo no ondulante e extenso lago de água doce, ou ainda «estamos no leito do rio».

E no meio daquele imenso lago de água doce quase calmo, os canoeiros não perdiam a **veia espirtuosa**. É que o caboclo cearense tem o espirito sempre pronto e resposta adequada a qualquer pergunta que se lhe faça. Assim é que no mesmo ano, 1922, em fins dáguas (na segunda quinzena de maio), tive que vir a Fortaleza, a chamado do presidente do Estado, Dr. Justiniano de Serpa, que queria consultar-me sôbre a minha nomeação de juiz de direito para Lavras, ora Lavras da Mangabeira, de que o Presidente não tinha bôa impressão.

Viajava em minha companhia, na qualidade de bagageiro, um caboclo da terra. Ao passarmos pela povoação de Passagem das Pedras, ora vila de Itaiçaba, pertencente a meu Termo judiciário, e que fica bem próxima ao leito do rio, verificamos que as casas de taipa, isto é, construidas com madeira entrelaçada e enchimento de argila estavam com o barro caido à altura da cintura de um homem e o madeiramento a nú. Olhando-as, o caboclo me disse: «Olhe, seu doutô, estes prédios estão todos sem ceroulas».

Inácio Pereira de Queiroz Lima, **meu quintavô**, que sempre residiu no

qualquer combinação com a esposa e sem consulta à filha, embora êle fosse bom marido e pai desvelado, Helena casaria com Tubarão.

A sentença, que lhes impunha o marido e pai, trouxe-lhes profundo desgôsto. Mãe e filha passaram um mês no lar comum, como seres estranhos, enquanto Joaquim Correia, encastelado na sua vontade férrea, não cedia.

A fazenda «Papagaio» ficava à distância de uma légua da capela do Apodí, hoje Matriz na cidade do mesmo nome. A atmosfera de desconfiança, de mal-estar reinante naquele lar outrora bafejado por harmonia cristã, não podia continuar... Numa véspera de domingo benfazejo, Joaquim Correia deu a entender que iria à missa no dia seguinte. Dona Anastácia nada lhe disse, mas, na manhã do domingo designado, preparou-se, e, quando o marido cavalgou a alimária que o levaria ao povoado, dona Anastácia tomou assento à garupa do animal. Fizeram a viagem de uma légua sem a troca de palavras, sem que ela tocasse no marido, pois se segurava apeans à **lua da sela.** Ela agiu como, em regra, sabem fazer as mulheres, de modo sutil, caprichoso e dominador, nos momentos dificeis.

À missa fôra também Tubarão, e dona Anastácia pôde constatar o cordial entendimento entre êle e o marido, o que lhe causou a maior angústia. Assistiu missa e, decerto, entregou-se a orações e rogativas a Deus, revestindo-se da necessária resignação e fôrças para vencer aquêle propósito chocante, aquela teimosia absurda do marido. E na volta para casa tomou de novo assento à garupa do cavalo do marido, mas numa atitude diferente da ida. Não mais pôs as mãos na **lua da sela** e sim nos ombros do marido e, estreitando-o nos braços, carinhosa e humilde, conseguiu o que jamais obteria com revolta e rebeldia, no seguinte diálogo consignado por Antônio Cirilo:

— «Marido, não casemos nossa filha com aquêle homem, a quem tanto aborreço».

— «Mulher tranquilize-se, descanse seu coração que, desde já, está acabado êsse casamento».

Assim, o bom senso de mulher forte e destemida, mas prudente e evangélica, venceu a obstinação inqualificável do marido e evitou um casamento desigual que Joaquim Correia projetava para a **minha quartavó.**

O marido à altura de Helena, a primogénita do casal da fazenda «Papagaio», estava na fazenda «Barro Vermelho», no Jaguaribe, de propriedade de Inácio Pereira de Queiroz Lima e de sua mulher dona Francisca Cavalcante Vasconcelos de Queiroz, no primogênito dêste feliz casal, na pessôa de Antônio Pereira de Queiroz, **meu quartavô.**

Inácio Pereira, português de fino trato, fôra uma vez de Barro Vermelho à serra do «Martins», no Rio Grande do Norte, em viista de cortesia a seu primo-irmão Joaquim Pinto de Queiroz, um daquêles três portuguêses, primos entre si, chegados a Aracatí em 1710, que, não tendo prima com quem se casar em Jaguaribe, seguiu para o Rio Grande do Norte, onde se fêz fazendeiro, na Serra do Martins, e casou com uma moça da família Fernandes.

Joaquim Pinto de Queiroz não teve a gentileza de retribuir a visita de cortezia do primo, mas êsse passeio ensejou à Inácio Pereira descanso na Várzea do Apodí, em casa de Joaquim Correia de Araújo, que dentro em pouco tempo, fêz uma visita de retribuição no Barro Vermelho a Inácio Pereira. Seguiram-se visitas mútuas entre as duas famílias que se tornaram frequentes, estabelecendo-se intima amizade entre elas.

Desfeito o casamento de Helena com Tubarão, Joaquim Correia procurou em Barro Vermelho a Inácio Pereira a quem propôs o casamento de Helena com Antônio Pereira de Queiroz, o filho mais velho do casal do Barro Vermelho, que, segundo Esperidião de Queiroz, guardava «a lembrança de uns olhos verdes que vira no Apodi». A proposta de casamento foi do agrado das

duas famílias, e, não havendo qualquer parentesco entre os nubentes, o casamento realizou-se dentro de poucos dias.

Este casamento propiciou mais dois entre os rebentos das duas famílias: de José Pereira Cavalcante e Ana Pereira de Queiroz, filhos de Inácio, com Francisca da Rocha Maciel e Simeão Correia de Arauúo, filhos de Joaquim Correia. Estes três casamentos identificaram pelo resto da vida os seis felizes nubentes e respectivas famílias.

Os sogros e cunhados de Simeão Correia fizeram-no mudar-se com a família para a ribeira do Banabuiú, onde fixaram residência os três casais, ficando Antônio Pereira no **Poço da Serra**, onde tinha grande solta de gados.

Em Jaguaribe Antônio Pereira de Queiroz, José Pereira Cavalcante e Simeão Correia de Araujo ocuparam, respectivamente, os postos de Capitão, Tenente e Alferes do Regimento de Cavalaria de São Bernardo do Jaguaribe. Mais tarde, depois da morte dos pais e sogros Inácio Pereira de Queiroz Lima e dona Francisca Cavalcante Vasconcelos de Queiroz, no lapso de tempo de 13 dias, e sepultados na capela de São João Batista, onde já estavam Antônio Duarte de Queiroz e dona Isabel Cavalcante Vasconcelos de Queiroz, os três casais fixaram residência na ribeira do Sitiá. Estes casais, uma vez fixados no Sitiá foram os troncos primitvos dos Queirozes do **Curralinho**, da **Várzea da Onça** e do **Contrato** ou **Passagem Funda.**

Joaquim Correia de Araujo e dona Anastácia Maciel de Melo, já velhos, venderam suas terras das várzeas do Apodi, no Rio Grande do Norte, e vieram morar no Sitiá, ao lado dos filhos e genros, onde compraram terras a que deram o mesmo nome que tinham as suas terras do Apodi — «Papagaio».



O casal Vitoriano Nogueira de Queiroz e dona Bertoleza Cavalcante Vasconcelos de Queiroz teve descendentes que foram troncos de famílias de diferentes lugares. Duas filhas foram, involuntáriamente, envolvidas em sanguinolento drama, de que tratarei no capítulo — «Tragédias de Família».

O filhô Antônio Nogueira de Queiroz casou na família Martins de Jaguaribe e Antônio Nogueira de Queiroz Filho com uma filha de Francisco Carlos Saldanha, irmão do Pe. Miguel Carlos Saldanha, antigo vigário de Crato que sofreu as consequências de sua participação no movimento revolucionário de «17»;

Manoel Nogueira de Queiroz casou com uma moça da familia Campos de Frade (ex-Riacho do Sangue) e sua filha Ana Maria casou em Riacho do Sangue na família Pinheiro; e casou pela segunda vez com uma irmã do Capitão-mor Luiz Gomes da Silveira, de Baturité, avô da mulher de João Nepomuceno da Silva, e cujos filhos se espalharam por Baturité e Piauí;

João Nogueira de Queiroz casou com uma descendente do casal do Tapuiará, Tenente Inácio Lopes e Joana Batista, filha de Antônio Alves de Lima e sua mulher Helena Rosa de Queiroz, de nome Maria de Jesus. Há ainda descendente de dona Bertoleza entrelaçado com a família Granja de Urucurí em Pernambuco.

A mãe de Vitoriano Nogueira de Queiroz, Ana Vitoriano Borges da Fonseca, era tia-avó de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca que foi Governador do Ceará de 25 de abril de 1765 a 3 de novembro de 1781.

Antônio Borges da Fonseca, avô materno do Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca, era filho dêsse Governador.

(Continúa)